



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei 14.133/21).

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de serviços topográficos, em apoio a elaboração de projetos básicos de engenharia no município de Cândido Rodrigues/SP, de acordo com as especificações e detalhamentos constantes neste Termo de Referência.

1.2. Os serviços descritos neste termo de referência deverão ser fornecidos em arquivos eletrônicos em formato de plotagem com extensão PDF. Para compatibilização de projeto, a implantação e formas serão fornecidas em arquivo eletrônico com extensão DWG ou DXF.

1.3. O prazo de contratação é de 60 (sessenta) dias, ficando a prorrogação condicionada ao que prevê a Lei Federal nº 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, Lei 14.133/21).

2.1. A elaboração de serviços topográficos é necessária para viabilizar a construção do tão sonhado e necessário Anel Viário em nosso município, desviando todo o fluxo de caminhões e maquinários utilizados pelas usinas de álcool e açúcar de nossa região para uma área periférica de nossa cidade. Para ilustrar a tamanha calamidade que a população Cândido Rodriguense vive hoje, necessitamos com a máxima urgência referido investimento e aprovação do projeto proposto, afim de viabilizar a transposição da linha férrea que “corta” o nosso município, este, único meio de ultrapassar o obstáculo físico e definitivamente acabarmos com o transtorno a toda a população desde sua fundação e emancipação, sem contar os prejuízos causados à malha viária urbana e à saúde da população devido à poeira, à poluição sonora e ao considerável tempo que fica impossibilitado o acesso de munícipes a única Unidade Básica de Saúde da cidade, localizada na rota hoje percorrida pelos treminhões, maquinários pesados e demais e veículos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c”, Lei 14.133/21).

3.1. Analisando as alternativas disponíveis e que atendam às necessidades das áreas requisitantes, e considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa é a realização de procedimento licitatório na modalidade dispensa de licitação para elaboração de serviços topográficos em apoio a elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, no município de Cândido Rodrigues.

3.2. O objetivo também deste termo de referência é o estabelecimento de normas, critérios, condições contratuais principais e o fornecimento de todas as informações que permitam a elaboração de propostas para a contratação de serviços topográficos, em apoio a elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia no município de Cândido Rodrigues/SP.

3.3. As licitantes deverão apresentar suas propostas com base nas suas estimativas de custo para a execução do objeto.

3.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis dentro de todo o período contratual, inclusive eventuais prorrogações.

3.5. O início da execução dependerá do que constar no contrato administrativo a ser celebrado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, Lei 14.133/21).

4.1. A Contratação dos serviços e equipamentos destinam-se a composição de uma equipe de topografia assim descrita:



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

4.1.1. 01 (uma) equipe de topografia – a equipe estará à disposição da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues ou a quem está a delegar, para a execução de levantamentos planialtimétricos, planimétricos ou altimétricos, e georreferenciada nos locais a seguir descrito:

4.1.2. Implantação do anel viário no Município de Cândido Rodrigues/SP, com extensão aproximada de 5.500,00 metros em traçado a ser definido.

4.1.3. Implantação de pontilhão sobre a linha férrea.

4.2. A equipe contratada receberá da fiscalização – sempre na pessoa do Técnico de campo (indicado pela empresa, que poderá ser o Técnico – Topógrafo), na ocasião da emissão de cada Solicitação de Serviço, a Contratada poderá ser convocada a participar de reunião com a Fiscalização, na qual será realizado o estudo dos projetos da obra e o planejamento dos serviços a ser executados, ocasião em que poderá ser estimado o número de dias ou meses, necessários para a realização dos levantamentos.

4.3. Para a execução dos serviços a empresa considerará nos seus custos um deslocamento médio diário da ordem de 25 km, sendo que eventuais discrepâncias nessa estimativa deverão ser absorvidas financeiramente pela contratada;

4.4. A coordenação dos trabalhos da equipe será de responsabilidade do gestor do contrato. A principal característica dessa equipe é a de “Equipe à disposição da Secretaria de Obras do Município, para execução de serviços.

4.5. Especificações mínimas dos equipamentos, acessórios e softwares para a equipe:

4.6. Veículo no período do contrato com, no mínimo em estado de novo, com no máximo (05) cinco anos de fabricação;

4.7. Estação Total com as seguintes características – Mínimo classe 2 conforme NBR 13.133/94, com capacidade de armazenamento de dados suficiente para cada levantamento, bem como todos os acessórios necessários tais como tripé, prisma, bastão e cabo de comunicação com o computador etc.

4.8. GPS de navegação com cabo para descarga de dados via porta USB;

4.9. Quando for necessário e a necessidade de o serviço exigir, deverá ser utilizado um nível com as seguintes características: Nível automático ou eletrônico - classe 2 (média precisão) com todos os acessórios necessários tais como tripé, duas miras, níveis de cantoneira, software e cabo de comunicação com o computador (quando couber) etc.

4.10. Quando for necessário e a necessidade de o serviço exigir, deverá ser utilizado um GPS de precisão para georreferenciamento dos trabalhos executados, com leitura mínima de dupla frequência.

4.11. A LICITANTE deverá compor a equipe de campo de acordo com as qualificações mínimas abaixo indicadas e apresentar, juntamente com a documentação exigida na licitação, os comprovantes exigidos conforme especificados:

FUNÇÃO	FORMAÇÃO	TIPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	TEMPO EXPERIENCIA PROFISSIONAL
TOPOGRAFO	ENSINO TÉCNICO OU NÍVEL SUPERIOR, COM INSCRIÇÃO NO CREA	PRÁTICO OU TÉCNICO	05 ANOS
AJUDANTE (Auxiliar de Topografia)	1º GRAU ou ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	PRÁTICO	02 ANOS



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

- 4.12. O topógrafo deverá comparecer sempre na montagem de cada serviço, transmitindo as orientações necessárias à sua equipe. Antes da conclusão das tarefas de um determinado serviço o topógrafo terá de se certificar que todas as metas previstas na ordem de serviço foram alcançadas, evitando retorno desnecessário ao mesmo local.
- 4.13. As funções mínimas do Técnico (Topógrafo) são:
- 4.13.1. Procurar a fiscalização para receber dela a ordem de serviço inicial e seguintes e distribuir a(s) atividade(s) com a(s) equipe(s) de campo, adequando as mesmas às normas e exigíveis deste termo de referência, especificações técnicas, edital e contrato;
 - 4.13.2. Comunicar todo e qualquer problema – mesmo que provável - ocorrido em campo ou escritório que possa alterar as especificações repassadas pela fiscalização e especificações técnicas, bem como comunicar, por escrito, via carta (em meio físico) a impossibilidade de atender (total ou parcialmente) o prazo estipulado pela fiscalização, antes do final do prazo de entrega previsto na ordem de serviço e em tempo hábil para a aceitação e adequação por parte da fiscalização;
 - 4.13.3. Procurar a fiscalização para receber dela a ordem de serviço seguinte a anterior, antes do final da execução da ordem de serviço em andamento, quando aproveitará para atualizar a fiscalização sobre o andamento do serviço atualmente em execução, de maneira que a equipe de serviço possa ter frente de serviço durante todos os dias úteis previstos durante a vigência do contrato.
 - 4.13.4. Apresentar à fiscalização o plano de trabalho conforme especificações técnicas;
- 4.14. Os serviços topográficos executados deverão seguir:
- 4.14.1. As normas da ABNT, especialmente a NBR 13.133/94 e 15.777/09;
 - 4.14.2. Demais legislações, normas e orientações aos levantamentos topográficos e geodésicos aplicáveis em território nacional;
 - 4.14.3. As disposições legais da União, do Estado de São Paulo e do município de Registro;
 - 4.14.4. As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
 - 4.14.5. As normas regulamentadoras relativas à segurança do trabalho;
 - 4.14.6. As necessidades específicas de cada projeto apontadas pela fiscalização.
 - 4.14.7. As normas de georreferenciamento para áreas rurais (Lei 10.267) – INCRA.
 - 4.14.8. Obs.: Todos os trabalhos deverão ser entregues no Datum Sirgas 2000, na projeção UTM (Fuso 22/23);
 - 4.14.9. Todos os trabalhos de nivelamento (quando possível) deverão ser entregues com Altitudes tomadas como referência o nível do mar.
- 4.15. Todos os relatórios técnicos elaborados pela CONTRATADA, serão submetidos à aprovação da Fiscalização, para verificação da aderência às obrigações contratuais, inclusive quanto às estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.16. Os serviços de campo e escritório previstos neste termo de referência não estão vinculados. Pode ser expedida Ordem de Serviço exclusivamente para levantamento(s) topográfico(s) em campo ou para serviços técnicos de escritório, ou para ambos.
- 4.17. Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação dos mesmos frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços.
- 4.18. A contratação observará tanto o orçamento quanto a limitação de espaço físico e a quantidade de pessoas a ser atendidas durante o período de vigência do contrato. A dispensa de licitação ora adotada tem como base o disposto no artigo 75, I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 4.19. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental.
- 4.20. Não será admitida a subcontratação.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, Lei 14.133/21).

5.1. O prazo de execução do objeto é de 60 (sessenta) dias a contar da data da assinatura do contrato, vedada a prorrogação.

5.2. Os serviços serão executados por empreitada por preço global.

5.3. A Contratada deverá conhecer todo o município sob jurisdição da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, estando inteirada quanto à localização dos bairros, distâncias, condições de tráfego das estradas e outras situações que possam interferir na execução dos serviços. A não verificação desses fatores não poderá ser invocada, no desenrolar dos trabalhos, como motivo para alteração dos termos contratuais que vierem a ser estabelecidos ou apresentados para justificação de atrasos na entrega dos serviços. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização geográfica do objeto deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, Lei 14.133/21).

6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6. CRITÉRIOS PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, "g", Lei 14.133/21).

6.1. Prazo de pagamento

6.1.1. O pagamento será efetuado em três parcelas iguais mensais e sucessivas, com o primeiro pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal/documento equivalente, o que será feito após a conclusão do projeto, respeitado em todo caso a ordem cronológica de pagamentos, devendo a nota fiscal conter o número da dispensa de licitação, devendo a Administração certificar que a pessoa jurídica está regular com suas obrigações tributárias, encargos trabalhistas e sociais.

6.1.2. As notas fiscais/documento equivalentes deverão ser encaminhados para os e-mails nfe@candidorodrigues.sp.gov.br e prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br.

6.1.3. Será considerado atraso no pagamento, se decorrido 2 (dois) meses, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, não houve adimplemento da obrigação pela Administração.

6.1.4. O disposto no item 6.1.3 não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

6.2. Forma de pagamento

6.2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.2.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.2.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

8.12.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

8.12.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada -



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.12.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor, para débitos inscritos e não inscritos;

8.13.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.14. Habilitação técnica:

8.14.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.14.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.14.3. Certidão junto ao CREA-SP comprovando o registro da empresa licitante na entidade.

8.14.4. Certidão junto ao CREA-SP comprovando anotações de responsabilidade técnica feita por profissional registrado na entidade.

8.14.5. Certidão junto ao CREA-SP comprovando registro do profissional citado como responsável técnico pela empresa licitante.

8.14.6. Certidão junto ao CREA-SP comprovando a inexistência de débitos junto a entidade do profissional responsável técnico.

8.15. Outras comprovações:

8.15.1. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal; que os sócios/proprietários da empresa não possuem parentesco por consanguinidade ou afinidade até 3º grau com qualquer servidor público ou dirigente da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, responsável(is) pela licitação; que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas; que suas propostas econômicas compreendem a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; que conhece e aceita todas as condições constantes da licitação em referência, bem como de seus Anexos, e que, desse modo, cumprimos plenamente a todos os requisitos necessários à habilitação e participação no mesmo; que inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, e que a mesma não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera e não está suspensa para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, conforme Anexo III.

8.15.2. Declaração do responsável pela assinatura do instrumento contratual, conforme Anexo V.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.16. Visita Técnica

8.16.1. A visita técnica ao(s) local(is) da execução dos serviços é facultativa e com o objetivo de proporcionar aos licitantes pleno conhecimento das condições existentes, elementos físicos, acessos, interferências e demais aspectos que possam influenciar na elaboração da proposta e na execução dos serviços.

8.16.2. A licitante que optar por não realizar a visita técnica assume plena responsabilidade por eventuais dificuldades ou omissões relativas às condições locais da execução do objeto, devendo neste caso apresentar declaração conforme modelo do Anexo IX.

5.5. Em caso de dúvidas sobre a visita aos locais onde serão executados os serviços as licitantes deverão contatar o Secretário de Planejamento, através dos telefones (16) 3257-1133.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "i", Lei 14.133/21).

9.1. Para a constituição das referências de valores foram realizadas pesquisas de preços com prestadores de serviços.

9.2. A metodologia utilizada para se chegar ao valor final do preço, foi o valor mais baixo entre os valores pesquisados, conforme quadro abaixo:

EMPRESA	CNPJ/CPF	VALOR
BARROS E ARAUJO TOPOGRAFIA LTDA	39.815.021/0001-09	R\$ 23.500,00
RD ARQUITETURA E TOPOGRAFIA LTDA	35.396.137/0001-91	R\$ 32.000,00
HECTARE AGRIMENSURA E AMBIENTAL LTDA	31.007.426/0001-09	R\$ 37.000,00

9.3. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, "j", Lei 14.133/21).

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme quadro abaixo:

Código da Ficha 39	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	26.782.0006.2011.00003.3.90.39.00

Este Termo de Referência foi elaborado pelas seguintes pessoas:

Cesar Henrique Pagliuso
Engenheiro Civil

Marlon Henrique Bordenal de Oliveira
Chefe do Setor de Desenvolvimento de Projetos e Convênios



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

Nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21, este Termo de Referência foi analisado e aprovado pelo ordenador de despesa abaixo assinado e identificado:

Tiago Alex Ravazzi
Prefeito Municipal